

As Ciências Sociais Aplicadas e a Interface com vários Saberes 2



Atena
Editora
Ano 2020

**Wendell Luiz Linhares
(Organizador)**

As Ciências Sociais Aplicadas e a Interface com vários Saberes 2



Atena
Editora
Ano 2020

**Wendell Luiz Linhares
(Organizador)**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 As ciências sociais aplicadas e a interface com vários saberes 2
[recurso eletrônico] / Organizador Wendell Luiz Linhares. – Ponta
Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-7247-979-0
 DOI 10.22533/at.ed.790202801

1. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Linhares, Wendell Luiz.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A presente obra, ao abordar as diferentes interfaces das Ciências Sociais Aplicadas, reforça uma de suas características, a qual, cada vez mais vêm ganhando destaque no campo científico, sendo ela, a interdisciplinaridade. Neste sentido, o e-book intitulado “As Ciências Sociais Aplicadas e a Interface com vários Saberes”, configura-se numa obra composta por trinta e um artigos científicos, os quais estão divididos em três eixos temáticos. No primeiro eixo intitulado “Direito, Políticas Públicas, Representações Sociais e Mídia”, é possível encontrar estudos que discutem e apresentam aspectos relacionados tanto ao direito e os procedimentos penais, quanto ao processo de constituição, aplicação e avaliação de Políticas Públicas e a construção de Representações Sociais de sujeitos a partir de veículos midiáticos específicos. No segundo eixo intitulado “Administração, Marketing e Processos”, é possível verificar estudos que discutem diversos elementos que compõem a grande área da administração e como ocorrem determinados processos numa empresa. No terceiro eixo intitulado “Educação, Práticas Pedagógicas e Epistemológicas”, é possível encontrar estudos que abordam de maneira crítica, diferentes práticas pedagógicas e epistemológicas, promovendo assim, uma reflexão histórica e social sobre o tema. O presente e-book reúne autores de diversos locais do Brasil e do exterior, por consequência, de várias áreas do conhecimento, os quais abordam assuntos relevantes, com grande contribuição no fomento da discussão e avanço dos temas supracitados.

Portanto, é com entusiasmo e grande expectativa que desejo a todos uma boa leitura.

Wendell Luiz Linhares

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(IN)SEGURANÇA JURÍDICA ANIMAL: A NECESSIDADE DE UM PROCEDIMENTO PENAL ESPECIAL PARA OS CRIMES PREVISTOS NOS ARTIGOS 29 E 32 DA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS	
Rafael Fernandes Titan	
DOI 10.22533/at.ed.7902028011	
CAPÍTULO 2	12
"ASSÉDIO MORAL" OU LUTA DE CLASSES NO LOCAL DE TRABALHO?	
Iraldo Alberto Alves Matias	
DOI 10.22533/at.ed.7902028012	
CAPÍTULO 3	27
A CAPACITAÇÃO DA BUROCRACIA POLICIAL NO RIO DE JANEIRO E SUA INFLUÊNCIA NO MONOPÓLIO DA VIOLÊNCIA EXERCIDA PELO ESTADO	
Marcio Pereira Basilio	
DOI 10.22533/at.ed.7902028013	
CAPÍTULO 4	49
A INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS GRELHA DE ANÁLISE:TEORIA GERAL DOS SISTEMAS, NEO-INSTITUCIONALISMO E REDES POLÍTICAS	
Nilza do Rosário Prata Caeiro	
DOI 10.22533/at.ed.7902028014	
CAPÍTULO 5	68
A RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE OS ATORES SOCIAIS (ORGANIZAÇÕES, ESTADO E SOCIEDADE) SOB A ÓTICA DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA	
Fábio da Silva	
Sildácio Lima da Costa	
Fábio Paiva de Lima	
Juliana Carvalho de Sousa	
Anita Sara Cavalcante Belmino	
Maria Rejane de Souza	
Paulo Domingos da Silva Matos	
DOI 10.22533/at.ed.7902028015	
CAPÍTULO 6	75
AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO JOVEM NO JORNAL <i>DAQUI</i> : O PERIGO E O ENVOLVIMENTO COM DROGAS	
Gardene Leão de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.7902028016	
CAPÍTULO 7	89
AUTORIA COLETIVA E JORNALISMO INDEPENDENTE: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO FOTOGRÁFICA DO MÍDIA NINJA	
Mateus Antônio Montemezzo	

Angélica Lüersen

DOI 10.22533/at.ed.7902028017

CAPÍTULO 8 108

CURSO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE MULTIPLICADORES EM LOCOMOÇÃO E MOBILIDADE URBANA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

André Machado Barbosa

Marco Antônio Serra Viegas

DOI 10.22533/at.ed.7902028018

CAPÍTULO 9 115

DETECÇÃO DE MELHORIAS TECNOLÓGICAS NA PRODUÇÃO DE OVOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE AGLOMERADOS DE SÉRIES TEMPORAIS

Ana Paula Amazonas Soares

Maria Eduarda da Rocha Pinto Augusto da Silva

Eliane Aparecida Pereira de Abreu

Tales Wanderley Vital

DOI 10.22533/at.ed.7902028019

CAPÍTULO 10 130

INADEQUAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL DE ÁGUA E ESGOTO PARA FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

Mauro Kleiman

DOI 10.22533/at.ed.79020280110

CAPÍTULO 11 142

MIGRAÇÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO: SOCIABILIDADE AFETADA E EXCLUSÃO SOCIAL DA FORÇA DE TRABALHO MIGRANTE EM PARAUAPEBAS-PA

Raimundo Miguel dos Reis Pereira

DOI 10.22533/at.ed.79020280111

CAPÍTULO 12 158

FORECASTING SMALL POPULATION MONTHLY FERTILITY AND MORTALITY DATA WITH SEASONAL TIME SERIES METHODS

Jorge Miguel Ventura Bravo

Edviges Isabel Felizardo Coelho

DOI 10.22533/at.ed.79020280112

CAPÍTULO 13 177

A EDUCAÇÃO MONTESSORIANA NA PERSPECTIVA ARQUITETÔNICA

Paula Scherer

Mariela Camargo Masutti

DOI 10.22533/at.ed.79020280113

CAPÍTULO 14 187

A IMPORTÂNCIA DA ARQUITETURA NA PEDAGOGIA DE REGGIO EMILIA E SEUS IMPACTOS EDUCACIONAIS

Paula Scherer

Liamara Pasinatto

DOI 10.22533/at.ed.79020280114

CAPÍTULO 15	200
A INTERDISCIPLINARIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU BRASILEIRA - ANÁLISE DAS FICHAS DE AVALIAÇÃO DA QUADRIENAL 2017	
Adilene Gonçalves Quaresma	
DOI 10.22533/at.ed.79020280115	
CAPÍTULO 16	221
A PROPOSTA DOS AULÕES AOS JOVENS QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	
Cacau Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.79020280116	
CAPÍTULO 17	230
EDUCAÇÃO ECOSSOCIALISTA: EPISTEMOLOGIA E PRÁTICA ECOLÓGICA	
Marcelo Santos Marques Aécio Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.79020280117	
CAPÍTULO 18	242
EU TENHO MEDO DE PROFESSOR...	
Flávio Vieira de Melo Cristiane Aparecida Madureira	
DOI 10.22533/at.ed.79020280118	
CAPÍTULO 19	252
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NAS ÁREAS STEM NO BRASIL: AINDA TEMOS POUCO?	
Patricia Bonini Gabriel Akira Andrade Okawati Carolina Fernandes Custódio Fernanda da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.79020280119	
CAPÍTULO 20	264
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E DIREITOS HUMANOS: UMA NECESSÁRIA CONSONÂNCIA	
Rogério Félix de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.79020280120	
CAPÍTULO 21	278
UM ESTUDO SOBRE A OFERTA DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO SUBSEQUENTE EM PESCA DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ, CAMPUS ACARAÚ	
Juliane Vargas	
DOI 10.22533/at.ed.79020280121	
SOBRE O ORGANIZADOR	287
ÍNDICE REMISSIVO	288

UM ESTUDO SOBRE A OFERTA DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO SUBSEQUENTE EM PESCA DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ, CAMPUS ACARAÚ

Data de aceite: 20/01/2020

Juliane Vargas

(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará)

RESUMO: O presente trabalho se propôs a estudar a oferta do Curso técnico de nível médio subsequente em pesca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *campus* Acaraú. Desde a sua implantação apresentou baixa demanda, apesar da vocação histórica do município voltada à atividade da pesca. Nesse sentido, o objetivo foi levantar informações sobre a oferta do curso técnico subsequente e o seu atual cenário, visando perquirir as razões, na visão dos servidores da Instituição, que justificariam a baixa demanda. A perspectiva utilizada foi o estudo de campo. Como suporte teórico abordou-se o panorama legal da pesca, as políticas públicas destinadas a esse segmento e a classificação da atividade segundo as diretrizes legais. A pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada com os docentes e técnicos do Instituto Federal do Ceará - IFCE, *campus* Acaraú, envolvidos diretamente com o curso, bem como um servidor do Ministério da Educação comprometido com políticas públicas.

Os resultados obtidos apontaram que a falta de informação sobre o curso e a ideia equivocada quanto à sua proposta, bem como a pesca ser uma atividade marginalizada, em declínio e de baixa remuneração, são fatores que levam à baixa demanda. Concluiu-se que, apesar da inexistência de laboratórios, que possivelmente compromete a formação dos alunos, tornando-a deficitária, a construção de arranjos produtivos locais e a aproximação do Instituto com a comunidade, por meio de ações de extensão que estimulem o empreendedorismo e o associativismo, são possíveis caminhos para a elevação da demanda.

PALAVRAS-CHAVE: Pesca, Políticas Públicas, Curso Técnico Subsequente, Oferta.

INTRODUÇÃO

No início da última década, o Brasil apresentou elevado índice de crescimento econômico, sobretudo se comparado às economias da Europa e América do Norte. Tal fato, aliado ao controle inflacionário existente desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (Plano Real), permitiu uma evolução da área educacional, tanto no setor público quanto no privado.

Construção Naval, Restaurante e Bar).

Dentre os 4 cursos ofertados, o curso de

pesca é o que apresentava menor demanda, posicionando-se como última opção em termos de preferência pelos candidatos concorrentes às vagas da Instituição. Considerando o potencial e a vocação laboral da região voltados à atividade pesqueira, o que justificaria a baixa demanda? Para responder a essa indagação optou-se por uma abordagem qualitativa, elegendo-se como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada dos servidores, técnicos-administrativos e docentes, do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Pesca, objetivando levantar informações sobre a oferta do curso e o seu cenário atual.

A PESCA, SUA CLASSIFICAÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A pesca no Brasil, embora uma atividade milenar, é questão recente na área educacional. Os últimos anos apontam aumento da demanda nacional e mundial pela proteína derivada do pescado, o que torna o Brasil um potencial produtor em razão de sua extensa faixa litorânea (8.000 km) e 12% de toda a água doce do planeta (8,2 bilhões de m³) (MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, 2014).

Consoante o art. 2º, inc. III da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, entende-se por pesca “toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros” (BRASIL, 2009).

Segundo Melo (2012), a atividade pesqueira compõe-se de dois métodos de produção.

de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) – Pesca e Aquicultura; Projeto de Apoio a Pequenos Empreendimentos na Pesca Artesanal; Parceria Cozinha Brasil e os Telecentros.

Em relação à pesca industrial, esta compreende a utilização de embarcações de médio e grande porte, o uso de tecnologia sofisticada e depende de infraestrutura portuária para o desembarque do pescado, tendo em vista sua atividade se dar em larga escala. Quanto às políticas públicas voltadas ao referido segmento, desde o advento da Lei nº 11.959/2009, estas são destinadas, sobretudo, à modernização da pesca, ao fortalecimento da indústria e do comércio pesqueiros e ao desenvolvimento sustentável, destacando-se o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (PROFROTA) e o Plano Safra – linhas de crédito com juros reduzidos.

Araújo (2011) afirma que a Lei nº 11.959/2009 representou um avanço para o setor da pesca e da aquicultura, não apenas por fixar um marco regulatório, mas também por ampliar o acesso ao crédito, reconhecer como atividade pesqueira artesanal a confecção e reparo de petrechos, pequenas embarcações e processamento de pescado.

Azevedo e Pierri (2013), contudo, não compartilham do mesmo entendimento

ao discorrerem sobre a política pesqueira no Brasil, onde fazem um retrospecto das políticas públicas desde 1964 a 2009. Afirmam que ao longo desse período a pesca artesanal esteve à margem das preocupações governamentais, vez que as políticas ora se concentravam no desenvolvimento industrial do setor, ora na conservação e proteção dos recursos, fato que prejudicou sobremaneira os pescadores artesanais, os quais, em razão da crise pesqueira, foram condenados ao empobrecimento e à concorrência desleal com a pesca industrial e a aquicultura empresarial.

implantação e oferta do curso, bem como identificar o seu cenário atual, visando perquirir as razões, na visão dos servidores da Instituição, que justificariam a baixa demanda.

Como instrumentos, optou-se pela utilização de entrevista semiestruturada para a coleta de dados, a qual se deu entre 09 de abril a 23 de setembro de 2015. Foram entrevistados 12 servidores do IFCE: 8 docentes, 2 técnicos de laboratório (pesca), o Diretor Geral do Campus e o Coordenador da Coordenação de Comunicação e Eventos e um servidor do Ministério da Educação envolvido com Políticas Públicas.

O roteiro de entrevista contemplou perguntas relacionadas à implantação do curso, à baixa demanda, ao corpo docente e estrutura física do campus, demandas do setor pesqueiro que poderiam ser atendidas pelo egresso do curso, a relação do Instituto com a comunidade e, por fim, à divulgação do curso.

As entrevistas foram transcritas, organizadas e reduzidas em categorias de análise para melhor compreensão do todo, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). As categorias de análise definidas foram as seguintes: Implantação e Oferta do Curso; O Curso de Pesca; O Mercado de Trabalho; Baixa demanda; Divulgação do Curso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Implantação e oferta do curso

A construção do *campus* Acaraú se deu em razão dos altos investimentos do Governo Lula na expansão da oferta da educação profissional, por meio da Lei nº 11.195/2005, que viabilizou a criação de novas unidades de ensino por todo país. O município foi contemplado com uma unidade do IFCE em razão de sua estratégica localização, histórica vocação para a pesca e deficiências produtivas locais:

“A ideia era se trabalhar nos apelos produtivos locais de forma a criar novas oportunidades de emprego, gerar renda, melhorar a qualidade de vida do cidadão, levar o ensino da tecnologia, da ciência, de uma nova proposta de pesquisa. (...) o próprio Ministério veio algumas vezes aqui com seus técnicos visitar a localidade e a gente achou que realmente esse era o local ideal para construir uma escola marítima portuária”. Otávio

As audiências públicas contaram com a participação da sociedade civil como

um todo, em especial das comunidades de pescadores, empresários, escolas e secretarias municipais de governo.

Segundo dados extraídos do Ministério da Educação, no período de 2003 a 2010, o Ministério da Educação entregou à população 214 unidades e entre os anos de 2011 a 2014 foram investidos mais de R\$ 3,3 bilhões na expansão da rede.

O Curso de Pesca

Contagem o Estágio Curricular de 200 horas, não obrigatório. Sobre a forma de estruturação do curso, se atende a uma formação mais técnica e prática ou segue uma perspectiva mais acadêmica, as respostas mais recorrentes foram no sentido de que o curso de pesca possui um viés mais prático:

“(...) com as mudanças que foram feitas na matriz, o curso está extremamente prático (...) aí sim a gente tira um pouco desse viés acadêmico (...)”. **Sofia**

Como pontos positivos do curso citaram a alta qualificação do corpo docente e a vasta experiência desses no mercado de trabalho:

“Professores altamente qualificados e capacitados, independentemente da titulação”.

Alan

“(...) eu acho o corpo docente bem eclético, a gente tem gente que vem da universidade (...) da iniciativa privada, (...) de ONG’s (...). Ele atende a demanda do curso”. **Mário**

“(...) o curso de pesca tem um perfil de professores difícil de encontrar em outras instituições”. **Getúlio**

consegue fazer, principalmente na parte de beneficiamento de pescado. Os professores aqui sabem como fazer isso, só que não tem nenhum material aqui dentro, nenhum laboratório, nenhum canto pra fazer isso, então a gente fica suprindo essa, essa lacuna fazendo visita técnica. Eu diria isso, que, não 100% não, a gente não contribui para a formação técnica e tem deficiência para formar o profissional”. **Mário**

Apesar de os participantes afirmarem que o curso possui viés mais prático, observou-se que a falta de laboratórios, um dos aspectos mais importantes dos cursos técnicos, pode influenciar negativamente na formação do aluno, tornando-a deficitária.

Outro ponto negativo apontado, não exclusivo do curso de pesca, foi a alta rotatividade dos professores, decorrente do Plano de Expansão:

“(...) o processo de interiorização acabou trazendo profissionais de outros municípios (...) então ele (professor) não consegue se comprometer com ações

de extensão, de pesquisa, porque ele está pleiteando a remoção dele para outros campi para ficar perto da família e isso faz com que ele não esteja inteiro. (...) nem todo mundo quer trabalhar com a extensão”. **Regina**

Observou-se, pelas palavras da docente, que ações de extensão, importantes para o fortalecimento dos laços da instituição com a comunidade, deixaram de ser mais exploradas em razão dos contínuos processos de remoção de servidores.

O mercado de trabalho

Sobre as demandas do setor pesqueiro local e da região que eventualmente poderiam ser atendidas por um técnico de nível médio em pesca, foram ressaltados dois aspectos: a formação altamente qualificada do curso e a dificuldade de inserção dos alunos no mercado de trabalho -especialmente nas indústrias de pescado da região -por questões de ordem legal, ética e cultural:

“O objetivo é dar uma formação abrangente do universo da pesca (...). É você formar pessoas empreendedoras, pessoas que tenham alguma relação com a pesca familiar, (...) que possam melhorar essa relação, dessa cadeia produtiva. Ele sai do curso sabendo que ele pode ganhar mais dinheiro com a pesca se ele melhorar a qualidade do pescado. Ele sai daqui do curso técnico sabendo que se ele melhorar as condições da embarcação ele vai tornar a atividade mais segura. Ele sai aqui do curso sabendo que ele pode melhorar, inclusive, a condição laboral a bordo, melhorando algumas estratégias ergométricas, por exemplo, para ele não carregar tanto peso, se agachar tanto. Ele pode sair daqui do curso sabendo preparar alguns tipos de produto, oriundos da pesca. Ele pode ser um comerciante do pescado e do subproduto desse pescado”. **Mário**

Foi unânime entre os entrevistados o entendimento de que se houvesse legislação que obrigasse as indústrias de pescado a terem técnicos em seus quadros de pessoal, os egressos do curso teriam maiores oportunidades de inserção no mercado de trabalho:

“(...) eu vejo um grande problema é a questão trabalhista, por exemplo, por que a indústria quer essa mão de obra? Porque é uma mão de obra barata, não tem legislação nenhuma que obrigue que quem vai manipular esse pescado tem que ter um curso técnico, se tivesse aí com certeza era um mercado gigante (...) mais uma vez é a mesma questão da pesca, quanto menos qualificado para mim melhor porque eu pago menos (...)”. **Júlio**

A visão imediatista e eminentemente capitalista dos empresários no ramo da pesca, baseada na exploração do trabalhador e no desejo incansável do lucro, acaba por gerar relações de trabalho iníquas e abusivas e, sobretudo, a desvalorização do profissional qualificado.

O problema da empregabilidade, segundo algumas falas, não seria tão grave se os arranjos produtivos locais – APL's - tivessem sido construídos.

“(...) o que está faltando é uma ligação maior do setor produtivo com a gente”.

Getúlio

“(...) eu acho que falta um pouco ou muito de aproximação entre o Instituto e os empregadores”. **Clarisse**

Observa-se que a ação conjunta de atores (instituto federal, órgãos de governo, empresários, associações) poderia contribuir para o desenvolvimento da atividade produtiva local.

“Muitos não entenderam que o nosso curso não é para formar pescadores. Nós temos uma visão muito mais de gestão da pesca, de uma gestão sustentável, de modificar esse tipo de atividade na região. (...) eles pensam que a atividade não é lucrativa ou não é importante”. **Sofia**

“Quando se fala em pesca, o pessoal associa logo a ir pescar, então isso acaba gerando um receio muito grande em relação a área, eu acho que a baixa procura é devido à falta de informação (...) a informação ainda é entrave (...) no processo de conhecimento do curso (...)”. **Damiana**

É possível que, por absoluto desconhecimento da proposta do curso de pesca, alguns alunos não encontrem razões suficientes para cursá-lo, especialmente aqueles que já conhecem a atividade. Para outros entrevistados, a baixa demanda estaria relacionada ao preconceito em relação à pesca, ao estereótipo que se firmou no imaginário de parte da sociedade de que o pescador é um sujeito desclassificado, de segunda categoria.

“(...) a gente vê que os pescadores são um povo sofrido, tem essa coisa do pescador ser analfabeto, pescador não tem estudo, não tem instrução, então criou-se essa cultura né que o pescador não pode ser alguém capacitado”. **Daniel**

“(...) eu observo que a sociedade tem preconceito com o setor da pesca. A pesca é uma atividade perigosa (...) que não evoluiu no Brasil como os outros segmentos, então a nossa pesca ainda está atrasada em relação a alguns lugares cem anos (...) mas a pesca tem coisa boa e infelizmente a sociedade só vê parte dessa imagem ruim. No íntimo das pessoas é assim: você não serviu para nada, você não gosta de estudar, então você vai para a pesca”. **Getúlio**

As opiniões acima reforçam uma possível desvalorização do pescador pela sociedade. Além disso, outra possível justificativa para a baixa demanda seria a predileção dos jovens por cursos de nível superior:

“A sociedade, o pai, a mãe, o avô, a vó, o tio, a tia quer que (...) seu ente querido faça um curso superior”. **Getúlio**

“Não há uma visão com relação ao mercado (...) todos querem fazer um curso superior porque dá status, mesmo que esse curso superior (...) esteja saturado e não tenha onde trabalhar, mas ele tem um diploma superior... ainda se raciocina

muito

“Bom, a gente deve levar em conta que a própria profissão de pescador já vem há um certo tempo em declínio (...) essa problemática do declínio da própria pesca, as espécies estão sendo exploradas e não se tem políticas voltadas para a fiscalização. (...) a gente tem conhecimento que o período do defeso, no caso da lagosta, não é respeitado (...) não só a lagosta, o pargo e outros peixes tão sofrendo esse declínio justamente pela pesca predatória. (...) não tem perspectiva, em si, de melhora do setor (...) há um certo descompasso em relação à permanência e até a procura desse público-alvo nosso no caso para continuar o curso (...) a tendência dele é fechar”. **Roberto**

“(...) a demanda está caindo, não só pela saturação de interessado, mas também pelo próprio declínio da atividade”. **Júlio**

Novamente veio à tona a questão da baixa remuneração percebida pelos que atuam na atividade da pesca, seja como empregado nas indústrias ou em embarcações de pesca:

“(...) talvez o aluno não consiga vislumbrar qual é o ganho profissional que ele vai ter ao término desse curso (...) na pesca, o dono do barco não tem esse interesse, porque ele acha que um curso desse técnico não vai agregar nada ao pescador, pelo contrário, como é uma atividade totalmente desqualificada e braçal, quanto menos qualificado para o dono do barco é melhor porque ele paga um salário menor (...)”. **Júlio**

Pelos relatos ora transcritos percebe-se que pesca não é um segmento atrativo para os alunos que concluem o ensino médio - maior público potencial do curso -, além de haver uma ideia equivocada e generalizada de que o curso serve apenas para preparar pescadores, o que desestimula a sua procura.

Divulgação do curso

A divulgação dos cursos ofertados pelo *campus* de Acaraú, de responsabilidade da Coordenação de Comunicação e Eventos, se dá por meio de edital de processo seletivo, cartazes, rádio, redes sociais e visitação às escolas. A despeito dos vários meios disponíveis, o que mais se mostrou eficaz foi o “boca-a-boca”:

“(...) os editais são lançados muito em cima da hora de começar as inscrições, o que muitas vezes invalida o planejamento (...) algumas divulgações são acompanhadas por professores que acabam sensibilizando os alunos acerca dos objetivos do curso, só que como a gente sabe da correria que é o cotidiano acadêmico, se torna esporádico (...)”. **Lúcio**

Extraí-se das falas acima que um maior envolvimento dos professores na difusão do curso, bem como a realização de planejamento anterior à publicação dos editais poderia contribuir para uma divulgação mais eficaz.

CONCLUSÃO

Sob a ótica da oferta, verificou-se que a estrutura do *campus* - à exceção da falta de laboratórios -, a matriz curricular e a qualificação do corpo docente são fatores que atendem a um nível de exigência satisfatório para um curso técnico em pesca tido como de qualidade.

Contudo, os fatores que ensejariam a baixa demanda são múltiplos, complexos e de difícil solução. Perpassam desde a ideia equivocada em relação à proposta do curso, ao não reconhecimento social e a marginalização do pescador, ao declínio da atividade em razão da sobrepesca*, a baixa remuneração que ela proporciona e a predileção dos jovens por cursos em nível de graduação.

A despeito desses fatores, alheios à forma como foi estruturado o curso de pesca, observou-se a inexistência da construção de arranjos produtivos locais. Assim, o incentivo do empreendedorismo e formas de associativismo, além de uma interlocução maior entre o Instituto e o setor privado ligado à pesca, os órgãos de governo e a comunidade, poderiam ser caminhos viáveis para o aumento da demanda.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Sílvia Cordeiro de. Pescando Letras: diálogos interdisciplinares entre a educação ambiental e a alfabetização de jovens e adultos no contexto da pesca artesanal. 2008. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Disponível em: <<http://goo.gl/BbAJAI>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em: 22 nov. 2014.

DAL-FARRA, Rossano André; LOPES, Paulo Tadeu Campos. Métodos mistos de pesquisa em Educação: pressupostos teóricos. **Nuances**: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 24, n. 3, p. 67-80, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/l3wlqL>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

LOPES, Vera de Fátima Maciel; et al. Dinâmicas territoriais e a organização dos pescadores: A experiência da rede solidária da pesca no Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 11, n. 2, p. 187-96, 2011. Disponível em: <http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-230_Lopes.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2015.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do mar**. (Séries Princípios). São Paulo: Ática, 1986.

MELO, Vinícios Pagani de. **Políticas públicas e a sustentabilidade da pesca marinha no Brasil**.

Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2012.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. Brasil. **Pesca**. Disponível em:
<<http://www.mpa.gov.br/index.php/pesca>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

_____. Brasil. **Boletim do registro geral da atividade pesqueira**: RGP: 2012. Brasília, DF: MPA, 2012. Disponível em: < <http://goo.gl/Ky26zB>> Acesso em 12 de outubro de 2015. PIERRI, Náina; AZEVEDO, Natália Tavares de. **A Política Pesqueira atual no Brasil**: a escolha pelo crescimento produtivo em detrimento da pesca artesanal. **Samudra Report**, n. 64, p. 34-41, 2013.

VARGAS, Juliane. A relação entre a oferta e demanda de curso técnico de nível médio subsequente: um estudo sobre o Curso de Pesca do Instituto Federal do Ceará, campus Acaraú. 131 f.,

SOBRE O ORGANIZADOR

Wendell Luiz Linhares: Possui graduação plena em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI (2011), especialização “Lato Sensu” em Educação e Gestão Ambiental pela Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco (2011). Em 2016 concluiu sua segunda graduação, sendo o curso de licenciatura em Educação Física pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG e em 2019 se tornou Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG). Seus estudos têm como objeto o Esporte, sobretudo, o Futebol, tendo pesquisado suas diversas manifestações durante a graduação e pós-graduação. Atualmente têm desenvolvido pesquisas relacionadas ao processo de “identificação e pertencimento clubístico” e atua como docente da disciplina de Educação Física na Rede Particular de Ensino da cidade de Ponta Grossa – Paraná.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 132, 185, 269, 270, 275
Aglomerados 115, 116, 120, 121, 123
Aglomerados hierárquicos de séries temporais 116
Água e esgoto 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140
Áreas mais precárias 130, 133, 137
Arquitetura 53, 54, 177, 178, 179, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 195, 197, 198, 262
Assédio moral 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 23, 24, 26
Atores sociais 68, 69, 70, 73, 109, 151, 266
Avaliação 1, 36, 52, 53, 54, 60, 65, 105, 132, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 210, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 265, 266, 269, 273, 274
Avicultura de postura 115, 116, 117, 118, 119, 120, 129

B

Backtesting 158, 159, 161, 165, 166, 167, 173, 175

C

Cidadania 90, 107, 108, 114, 222, 229, 266, 270, 272, 273, 274, 275
Coerção social 69
Coesão 69
Coletivos fotográficos 89, 90, 97, 98, 100, 103
Complexidade 27, 28, 29, 39, 45, 56, 72, 213, 230, 234, 235, 237, 238, 239, 241
Comunicação alternativa 89

D

Desterritorialização 142, 143, 148
Direitos 2, 4, 6, 9, 10, 23, 38, 45, 47, 71, 72, 88, 91, 103, 108, 111, 113, 221, 227, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276

E

Economia ecológica 230, 231, 232, 233, 240
Educação 36, 37, 39, 62, 86, 87, 88, 108, 111, 113, 114, 156, 177, 178, 179, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 219, 220, 221, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 233, 234, 235, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 250, 251, 254, 260, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 276, 278, 280, 281, 285
Educação ecológica 230, 233, 234
Ergonomia 177, 178, 185
Exclusão 20, 21, 64, 77, 78, 79, 83, 142, 143, 148, 156, 221, 223, 228, 237

F

Favelas 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

Força de trabalho 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 154, 155, 156, 234, 252, 253, 256, 257, 258, 260

Formação policial 27, 28, 36, 46, 47

Fotografia 89, 90, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107

I

Interdisciplinaridade 200, 201, 203, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 224

J

Jornalismo independente 89, 91, 92

Juventude 24, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 83, 87, 88

L

Luta de classes 12, 17, 23

M

Mídia 71, 75, 76, 79, 83, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 268

Mídia ninja 89, 90, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107

Migração 142, 143, 144, 145, 147, 154, 156

P

Percepção do ambiente 177, 187

Polícia 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 45, 47, 78, 79, 83, 85, 86, 87, 104

Política pública 27, 29, 30, 47, 52, 53, 55, 64, 246

Política setorial 130, 133

Políticas públicas 29, 31, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 112, 114, 115, 116, 118, 128, 174, 227, 278, 279, 280, 285

Pós-graduação stricto sensu 200, 201, 219

Projeções de população 158, 159

R

Reggio emilia 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Representações sociais 75, 76, 77, 80, 83, 88, 198

Rio de Janeiro 10, 26, 27, 28, 29, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 73, 74, 88, 107, 108, 114, 124, 130, 131, 133, 149, 155, 156, 219, 240, 241, 251

S

Sarima 158, 159, 162, 163, 169, 171, 172, 173

Sazonalidade 121, 123, 124, 126, 127, 158, 159

Segurança pública 27, 28, 29, 30, 31, 32, 42, 45, 46, 47, 78, 134, 175

Sistema do capital 230, 231, 232, 234, 238, 240

Sociabilidade 133, 142, 143, 145, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 230, 234, 239, 270

Sociologia do trabalho 12

Sociologia econômica 68, 69, 70, 71, 73, 74

State space models 162

T

Transdisciplinaridade 220, 230, 237, 241

V

Violência 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 31, 34, 37, 45, 55, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 101, 104, 221, 266, 267, 268, 272, 275

 **Atena**
Editora

2 0 2 0